

# “O AMBIENTE É A NATUREZA E A NATUREZA É O CAMPO”: O ESPAÇO RURAL E AS ÁREAS PROTEGIDAS

Icléia Albuquerque de Vargas [1]  
Cimone Rozendo de Souza [2]



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784  
Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

## Introdução

Tanto na Europa, como no Brasil, os espaços rurais têm sido cada vez mais valorizados pela função ambiental. De territórios essencialmente entendidos como produtores de alimentos passam a ser vistos, social e institucionalmente, como áreas de reserva ambiental, portanto, áreas a serem protegidas. Para essas áreas são recomendadas práticas econômicas menos danosas ao meio natural como algumas atividades extrativistas, ou mesmo de criação ou de cultivo, com manejos controlados, de forma a não interferir substancialmente na reprodução natural do meio. Todavia, têm sido mais estimuladas atividades de serviço voltadas para o grande público urbano, como as diversas modalidades de turismo, em especial, as consideradas não predatórias.

A nova percepção sobre os ambientes rurais é derivada, basicamente, de uma população citadina, que, desenvolvendo maior sensibilização pelas questões ambientais, passa a atribuir valores aos elementos naturais, resgatando, assim, uma visão estetizante do meio rural. O processo de redescoberta e estetização da natureza teve início com o Renascimento, na Inglaterra dos séculos XV e XVI, como bem demonstra Keith Thomas (1996). A redescoberta da natureza perpassa toda a história da modernidade ocidental, sendo, de alguma forma, exacerbada na atualidade, refletindo na instituição de áreas protegidas como uma tentativa de perpetuação de algumas parcelas de espaços naturais.

O projeto da modernidade promoveu um distanciamento do ser humano do mundo natural. Apesar de sua perspectiva uniformizante, o projeto civilizatório da modernidade deu origem a realidades multiformes que se expressam em vários níveis da vida social e também no meio físico. Hoje, a natureza é resgatada e sobrevalorizada como detentora de significado para novas tentativas de dar unidade e sentido a um mundo que, em parte, caracteriza-se pela dissolução de velhas referências de significação em meio a crescentes processos de racionalização (TAVOLARO, 2000).

A carga simbólica da natureza e a nova percepção sobre o meio rural levou os teóricos franceses Nicole Mathieu e Marcel Jollivet a afirmarem que, na visão

dos urbanos, “o ambiente é a natureza e a natureza é o campo” (MATHIEU; JOLLIVET, 1989, p. 11). A afirmação inspirou o título deste artigo por sua contundência ao revelar uma redefinição e ressignificação dos espaços rurais diante do processo de ambientalização. Como um fenômeno relativamente recente, essa ressignificação vem consolidando-se na Europa, em especial na França, e tomando forma no Brasil, quando a sensibilização ambiental, mais aguçada entre os urbanos – que perfazem mais de 70% da população do país – promove novas percepções do que seja um ambiente natural.

Esta nova compreensão sobre o rural têm promovido, no caso brasileiro, a recomposição destes espaços de forma difusa e, muitas vezes, contraditórias com os propósitos de conservação, como se verá adiante.

### **O Ambientalismo na França e o ordenamento dos espaços**

Ao analisar a evolução do “ecologismo” na França, Simonnet *apud* Diegues (1996), admite a coexistência de duas correntes naquele país. A primeira seria a da luta pela defesa da natureza, inspirada nas sociedades de proteção, como a *Sociedade Imperial Zoológica*, fundada na França em 1854, depois transformada na *Sociedade Nacional de Proteção da Natureza*, responsável pela criação dos primeiros parques nacionais em meados do século XX. A outra corrente, que a autora reconhece como um novo “ecologismo” teria sido inspirada por Pierre Fournier, que propôs a volta às práticas de uma vida ecologicamente sadia, prescrevendo o retorno ao campo e à vida em comunidade, na tentativa de criar “ilhas” de uma sociedade ideal. Esse movimento teria sofrido influências de Ivan Illich, de Serge Moscovici, de René Dumont, tendo sido marcado pela “futurologia” e por um profetismo alarmista: “o futuro incerto do planeta; o esgotamento dos recursos naturais; a superpopulação humana; a poluição ecocida; as tecnologias opressivas; a guerra nuclear; a ciência dominada pela tecnocracia” (SIMONNET *apud* DIEGUES, 1996, p. 40). As contrapropostas desse movimento visavam a uma sociedade libertária, de pequenas comunidades auto-suficientes, tendo a afirmação da sociedade civil em reação ao Estado centralizador. Considerado um movimento de ruralização, manifestava uma utopia simplista: o retorno aos modelos de convívio das sociedades primitivas (DIEGUES, 1996, p. 40). Para Simonnet,

O bom selvagem e o velho agricultor foram considerados detentores de conhecimento e da sabedoria em razão de sua pouca adaptação à tecnologia moderna. A aldeia rústica e modesta se tornou o arquétipo da vida comunitária e os trabalhos rurais e artesanais, atividades doces e agradáveis, pois eram realizados em estreita comunhão com a natureza (SIMONNET *apud* DIEGUES, 1996, p. 41)

A força do movimento de ruralização na França conduziu o olhar dos urbanos para os espaços rurais e para os camponeses, refletindo diretamente nas

políticas de áreas protegidas. Segundo análise do *Institut Français de la Biodiversité* (IFB), há uma tendência recente na França que busca conceber os modelos de espaços protegidos como o manejo do território local ou regional e o desenvolvimento sustentável das atividades humanas. Diferentemente, portanto, do modelo tradicional de parques nacionais, o homem é reintegrado ao espaço protegido e as populações locais tornam-se parceiras na sua gestão (IFB, 2004).

Godard (1997) admite que tenha havido uma sensível evolução na Europa e na França no último quartel do século XX, em relação às maneiras de considerar o ordenamento do meio físico e o problema da proteção da natureza, implicando diretamente na noção de gestão. Para este autor, o projeto ordenador conservou sua legitimidade, mas marcado por duas restrições:

Por um lado, certos meios não devem ser objeto de formas de ordenamento que destruam seu equilíbrio e sua qualidade, e sim administrados através de um conjunto de intervenções leves e direcionadas. Por outro lado, não seria suficiente promover o ordenamento dos meios naturais (*milieux*); caberia também implementar uma gestão global dos meios ordenados, sem a qual os desequilíbrios, as degradações, as disfunções e os efeitos perversos poderiam vir a alterar rapidamente o balanço (*bilan*) do processo de ordenamento, como nos demonstram os numerosos episódios de inundações no domínio do ordenamento de bacias e microbacias hidrográficas (GODARD, 1997, p. 214).

Em relação à proteção da natureza, Godard (1997) observa uma evolução simétrica de uma tendência que vai do enfoque da proteção, ao enfoque de conservação e gestão.

Ganhou consistência a idéia de que uma proteção baseada na eliminação da intervenção humana poderia engendrar efeitos perversos; um enfoque mais ativo, denominado conservação, deveria representar uma alternativa, exigindo uma intervenção seletiva do homem destinada à regular as dinâmicas naturais que desejamos preservar (GODARD, 1997, p. 214).

Na década de 1990, os projetos de conservação e de desenvolvimento integrados tentaram, em muitos lugares da França, encontrar soluções socioeconômicas para resolver os problemas ecológicos dos espaços protegidos. O balanço dessas ações não foi muito positivo, revelando a certeza da difícil conciliação entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável em áreas protegidas e, paradoxalmente, também, sobre a implicação das partes envolvidas na sua gestão. Esses projetos tiveram o mérito de mostrar os obstáculos a serem transpostos e a necessidade de realmente integrar conservação e desenvolvimento (IFB, 2004, p. 23).

As recomendações do IFB apontam para uma renovação dos modelos de espaços protegidos: a iniciativa das comunidades locais (são citadas como exemplo as reservas extrativistas florestais da América do Sul – o caso dos castanheiros na Amazônia); as coletividades descentralizadas (os parques naturais regionais franceses, os santuários sobre as terras africanas sob o fomento das comunidades locais que se organizam através de um contrato de proteção e de gestão); ou dos proprietários privados (no *Zimbabwe*, por exemplo, eles tornam comuns seus espaços, formam consórcios, para desenvolver a criação de animais selvagens que depois poderão ser destinados à caça controlada ou ao mercado).

Hoje, alguns consideram ultrapassado o conceito de espaço protegido ou de área protegida. O termo “protegido(a)” faria referência a uma percepção negativa, estática e repressiva. Chega-se a comparar os espaços protegidos a uma proteção de tipo carceral, isolando-os das outras atividades humanas. Por outro lado, a área protegida representa uma disputa de apropriação do espaço e de poder pelo político, pelo técnico e pelo especialista, engendrando embates e conflitos entre seus gestores e os usuários (IFB, 2004, p. 24).

A perenização institucional e a viabilidade financeira dos espaços protegidos não são sempre asseguradas, refletindo em crises nas políticas de apoio. A sobrevivência dos espaços protegidos é sempre colocada em risco diante da restrição dos orçamentos dos Estados (IFB, 2004, p. 24).

A emergência de novos atores nos cenários internacionais e locais modificou consideravelmente as condições de tomadas de decisão e de gestão dos espaços protegidos. As comunidades locais, as organizações não governamentais e as autoridades políticas são freqüentemente parceiros ativos nos processos de decisão. Novos atores, como operadores turísticos ou econômicos, se integram pouco a pouco (IFB, 2004, p. 24).

A evolução recente dos critérios de criação e de gestão de áreas a serem protegidas, sobretudo na França, vem sendo acompanhada de uma perspectiva de manejo/ordenamento do território. Os parques naturais regionais franceses e as novas reservas da biosfera aparecem como precursores de um manejo territorial fundado em um objetivo de conciliação, visando ao benefício mútuo entre conservação da biodiversidade e desenvolvimento econômico (IFB, 2004, p. 13), refletindo-se diretamente nos espaços rurais.

## **A política francesa de gestão dos espaços protegidos**

A política de cooperação da França para a gestão dos espaços protegidos e de seus recursos, conforme dados do IFB (2004), foi muito pontual até o fim dos anos 1970. Já os anos 1980 foram marcados por ajudas constantes, concentradas essencialmente na assistência técnica à gestão e à formação em matéria da grande fauna selvagem, principalmente junto às savanas africanas.

Essa política foi se diversificando, temática e geograficamente, na década seguinte, em função das novas preocupações locais e internacionais.

A vontade política de conservação e valorização da diversidade biológica, pouco a pouco, promove uma reorientação na gestão de espaços protegidos, passando de uma preservação das espécies para uma gestão do ecossistema, tornando-se mais dinâmica e global, integrando, cada vez mais, os homens e suas atividades. A criação do *Fonds Français Pour l'Environnement Mondial* (FFEM), em 1994, permitiu uma composição entre parceiros franceses para a cooperação no seu apoio aos espaços protegidos.

Na França, segundo informações contidas em documentos do IFB, as escolhas de intervenção no espaço são definidas a partir da identificação de iniciativas locais, de estratégias de ações multilaterais ou de complementaridades com outras ações de cooperação setoriais francesas, partindo de uma identificação das zonas de forte valor biológico e ecológico, ou sujeitas a ameaças significativas. Essa estratégia se inscreve em complementaridade ao centro das redes de espaços protegidos em nível regional.

Para atingir uma sinergia entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, o IFB recomenda que os critérios de escolha do tipo de intervenção possam concentrar sua ajuda, prioritariamente, nos lugares onde há presença humana no espaço protegido ou em suas proximidades e onde os processos permitam a implicação dessa população local na gestão de seu território. As potencialidades de gestão e de valorização por essas populações se tornariam, assim, mais importantes que os dados quantitativos de biodiversidade.

### **A instituição de áreas protegidas e a crise ambiental**

Para Drummond *et al.* (2005), a criação de áreas naturais protegidas se firmou, no mundo e no Brasil, no final do século XIX, como a principal e mais ampla estratégia de proteção da natureza, vinculando-se ao interesse pela preservação de áreas terrestres ou aquáticas detentoras de características naturais excepcionais, incluindo iniciativas para proteger exemplares “carismáticos” da flora e da fauna.

Os autores ratificam que o marco fundador mais reconhecido da moderna política de áreas protegidas foi a criação, nos EUA, do Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872, caracterizando-se, hoje, como o tipo mais conhecido e tradicional de espaço natural protegido.

Para Diegues (1996), *Yellowstone* foi resultado da valorização de idéias preservacionistas, desenvolvidas desde o início do século XIX. Entretanto, no mundo ocidental nem sempre houve essa valorização do mundo natural selvagem. Na Europa, em especial na Inglaterra, até o século XVIII, “*havia um conjunto de concepções que valorizavam o mundo natural domesticado, e os campos de cultivo eram os únicos que tinham valor*” (DIEGUES, 1996, p. 23). A

existência de espaços naturais representava um bloqueio às ações humanas e sua predominância revelava o grau de subordinação do homem à natureza, situação incompatível com o racionalismo iluminista deste período, cujo traço mais marcante foi justamente sublinhar esta ruptura como símbolo da supremacia da razão.

Hannigan (1995) afirma que a passagem de uma concepção de natureza tida como obstáculo a uma concepção de natureza a ser celebrada, valorizada, só ocorrerá no século XIX, com o avanço da História Natural e intensificação do estado de insalubridade do meio urbano, cujo ambiente fabril tornava o ar irrespirável. Nesse contexto, a vida no campo passa a ser idealizada pelas populações urbanas.

Apoiado em Alain Corbin, Diegues (1996) ressalta a importância dos escritores românticos para o processo de valorização e idealização do mundo natural selvagem. Eles teriam sido responsáveis por fazerem:

[...] da procura do que restava de 'natureza selvagem' na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime. [...] Essas idéias, sobretudo a dos românticos do século XIX, tiveram, portanto, grande influência na criação de áreas naturais protegidas, consideradas como 'ilhas' de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada (DIEGUES, 1996, p. 24).

É a partir dessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural, selvagem:

A noção de "wilderness" (vida natural/selvagem), subjacente à criação dos parques [nacionais], no final do século XIX, era de grandes áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo norte-americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação (DIEGUES, 1996, p. 24).

Assim, a idéia de parque como área selvagem e desabitada, típica dos primeiros conservacionistas, prevaleceu por muito tempo. Hannigan (1995) também sublinha o fato de que as estratégias de conservação norte-americanas, empreendidas entre as décadas de 1950 e 1960, possuíam o foco na regulação ou restrição ao uso dos recursos naturais. As ciências naturais, a esta época, tiveram um papel fundamental ao "inventariar a natureza", delimitando suas parcelas exuberantes ou extraordinárias, a fim de protegê-las.

Segundo, Diegues (1996) a constituição de parques nacionais no Brasil seguiu orientação semelhante: criar espaços para estudos científicos da fauna e flora que pudessem também atender as necessidades de lazer da população citadina. Embora estas estratégias evidenciassem certa mudança nas formas do ser humano perceber a natureza, isso não implicou em uma transformação substancial desta relação. Esta forma de “gerir o mundo natural” revelava apenas que tal relação, anteriormente observada como antagônica, fora substituída por outra de caráter instrumental, persistindo a existência de um fosso entre a sociedade e a natureza.

A necessidade de reintegração destes dois domínios será reivindicada, no ano de 1972, pelos teóricos do ecodesenvolvimento durante a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, na cidade de Estocolmo, na Suécia. Neste momento se evidencia a existência de grandes problemas ambientais nos países industrializados, bem como seus impactos sociais, o que contribuiu para a difusão das preocupações ecológicas no âmbito internacional.

Partindo da concepção de ecologia desenvolvida por Haeckel, no final século XIX e das reflexões de Maurice Strong e de Ignacy Sachs a concepção de ecodesenvolvimento, propunha não apenas uma forma de gerir a natureza, mas uma nova forma de concebê-la. A nova postura implicaria no questionamento da via industrialista adotada pelos países ditos desenvolvidos e, por consequência, a interdição do mesmo caminho aos países periféricos, promovendo tensões nas relações internacionais. Evidentemente isso não ocorreu, haja vista a intensificação do processo de industrialização vivenciada pela América Latina nesse período.

De todo modo, a perspectiva do ecodesenvolvimento teve a virtuosidade de introduzir no debate sobre meio ambiente os aspectos sociais, embora estes ainda não constituíssem os elementos estruturantes das discussões. O período foi marcado pela existência de uma perspectiva essencialmente técnica e estética da proteção da natureza, o que se expressou pela intensificação da criação de áreas protegidas. No caso brasileiro, conforme Reid e Miller *apud* Diegues (1996), enquanto que de 1900 a 1969 foram criadas apenas 14 unidades de conservação no âmbito federal, de 1970 a 1979, foram criadas 11 novas unidades.

A incorporação dos aspectos sociais às estratégias que visavam minorar a degradação ambiental só ocorreria a partir de 1987, com a divulgação pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, do Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum. Este documento foi responsável por disseminar as concepções de desenvolvimento sustentável. Por meio deste se propunha uma política de consenso mundial para o desenvolvimento, que pudesse plasmar os conflitos entre os países industrializados e não industrializados.

O espírito geral da declaração partia da idéia de que com tecnologias limpas nos países desenvolvidos e transferência de

recursos financeiros e técnicos para o Terceiro Mundo, junto com a política de controle de população, poderiam ser solucionados os problemas. De qualquer forma, vislumbravam-se as contradições entre os países ricos, que pretendiam controlar a produção e a explosão demográfica, e os pobres que viam a necessidade de desenvolvimento (FOLADORI, 2001, p. 116)

Eram evidenciados os avanços unilaterais da racionalidade técnico-instrumental (do desenvolvimento a qualquer preço) que se voltou contra a sociedade moderna, o que pôde ser observado pelo aumento da exclusão social na cidade e no campo, pela persistência do problema (crônico) da fome no mundo, pela perda de diversidade cultural (FOLADORI, 2001), e pelo surgimento de problemas ambientais, tais como o aquecimento global, a perda de biodiversidade, a desertificação de grandes áreas anteriormente produtivas, a poluição generalizada, dentre outros. O desenvolvimento do capital baseado em uma racionalidade essencialmente econômica e no crescimento sem limites, no uso intensivo de tecnologias, evidenciava um dos sintomas de seu esgotamento. Era necessário repensar a idéia dos recursos naturais inesgotáveis, de uma concepção infinita de crescimento sobre uma base finita de recursos, da prosperidade futura projetada na modernidade. Assim, a crise ambiental se conformou como sintoma de um problema mais geral: a crise do projeto civilizatório da modernidade, abrindo espaço para a discussão de novos estilos de desenvolvimento, momento em que emergiu o conceito de desenvolvimento sustentável.

Embora se propusesse uma série de medidas mitigadoras dos problemas trazidos pela crise ambiental, a implementação de áreas protegidas se firmou no Brasil como a principal política de conservação. Segundo Reid e Miller *apud* Diegues (1996), entre 1980 e 1989 foram criadas 58 unidades de conservação, sendo que na década anterior haviam sido criadas 11 unidades, conforme mencionado anteriormente.

A preeminência desta estratégia por sua vez requereu o desenvolvimento de novos formatos institucionais capazes de por em andamento o projeto conservacionista resultando, em 1989, na criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e também de uma série de outros setores nos âmbitos municipal e estadual. As ações dessas instâncias se pautaram fundamentalmente na proteção integral das unidades de conservação, prevalecendo, portanto, a fiscalização em detrimento de formas de gestão compartilhada e da punição em detrimento da educação.

A opção brasileira de proteção ambiental, baseada no estabelecimento de áreas protegidas, incidiu sobremaneira nos espaços rurais, uma vez que neles se situam os recursos naturais a serem salvaguardados. Isto inaugurou uma nova forma de relação com os espaços rurais que se expressa, tanto em conflitos, quanto na emergência de alternativas de desenvolvimentos locais e regionais.



## **A relação meio ambiente e espaço rural**

Jollivet (1997) afirma que a noção de meio ambiente é uma noção fluída e que a sua generalização toma toda sorte de entendimentos. Mostra, por exemplo, como políticas antigas são rebatizadas sob este novo signo ambiental. O meio ambiente emerge como portador de uma nova obrigação do contrato social, ou seja, de uma obrigação eminentemente política (JOLLIVET, 2001). As preocupações ambientais se tornaram coletivas, os riscos ambientais afetam a todos, hoje são globais. Essa “globalização” tem implicações políticas importantes, promove o surgimento de solidariedades espaciais, tanto regionais (planos de desenvolvimento integrado, desenvolvimento regional etc), quanto planetária (Nosso Futuro Comum, Eco-92, Protocolo de Kyoto etc). A própria idéia do que seja ou não, objeto de preocupação ambiental, ganha novos elementos. Assim, a proteção da água, do solo, da fauna e da flora passa a fazer parte, de maneira mais emblemática, das agendas ambientais.

Nesse contexto, os espaços rurais ganham importância redobrada, pois as relações que guardam com os recursos naturais os colocam em posição privilegiada face às novas demandas ambientais.

Os solos, as águas terrestres, a fauna e a flora estão no rural [...], além disso, as atividades que lá se desenvolvem intervêm de maneira notável sobre os outros recursos. A agricultura aparece então, não somente como uma atividade que toca os recursos ecológicos internos do mundo rural, mas que incide também sobre outros grandes compartimentos: o mar e a atmosfera (JOLLIVET, 2001, p. 354).

Analisando as transformações do meio rural da Europa, Jollivet (1997) se pergunta como as questões ambientais vieram tomar lugar em diferentes contextos. Afirma que, inicialmente, os problemas ambientais estavam muito mais relacionados aos ambientes urbanos, quando o rural representava “seu pulmão verde”, o espaço da saúde das sociedades industriais, do qual os agricultores eram os guardiões. Nessa perspectiva, o rural tornou-se o lugar de aplicação da doutrina ambientalista planetária: é tanto o lugar de reserva de recursos naturais, quanto o lugar de reserva de amostras da natureza.

Mormont (1997), por sua vez, afirma ser difícil precisar o que se constitui em aspecto ambiental no meio rural e quando tem início esse processo de ambientalização. No entanto, atribui às iniciativas de elaboração de inventários de sítios naturais e históricos, o início das preocupações ambientais no meio rural. O autor sublinha o fato de que as preocupações com o meio ambiente rural surgem como um discurso politicamente conservador, anti-industrial, que considera o progresso técnico e econômico como um fator de degradação tanto moral quanto estético.

Após a 2<sup>a</sup>. Guerra a idéia de proteção da natureza ganha lugar por meio da criação de áreas protegidas em antigas áreas abandonadas. Mormont (1997) alerta para o fato de que na realidade tal estratégia de conservação remetia a uma urbanização dos campos, uma espécie de uso urbano do espaço rural. Uma iniciativa como esta havia sido levada a cabo na metade do século XIX, através de uma concepção de gestão racional. O aspecto diferente do novo processo foi o fato de se constituir em um empreendimento do Estado. Inventariar a natureza, de modo a construir mecanismo para uma gestão racional, passou a ser uma importante tarefa no âmbito das ciências naturais, de modo a reduzir a natureza a um *status* de ferramenta de produção.

A partir da década de 1970, as preocupações com o modo de vida vão propiciar a mudança dessa concepção, pois, às reivindicações por qualidade de vida ligaram-se os argumentos naturalistas de preservação da natureza. Nesse contexto, a tomada de consciência sobre os problemas ambientais revelaram a interdependência entre os espaços rurais e os espaços urbanos, possibilitando a construção de novas perspectivas analíticas que pudessem dar conta de tal complexidade. Foi na década de 1980, quando os estudos sobre as ruralidades começaram a ganhar força no âmbito das ciências sociais, que a idéia de meio ambiente passa a figurar como um tema importante de pesquisa. A nova perspectiva tem como pressuposto a compreensão de meio ambiente como um misto de condições geográficas, históricas e sociais, podendo se constituir em uma importante base para o desenvolvimento.

Assim a emergência dos problemas ambientais fez com que os agricultores passassem a ser percebidos cada vez mais como os intermediários entre a sociedade e a natureza. Ao mesmo tempo, a agricultura industrial aparece como custosa e poluente. São multiplicadas reflexões e iniciativas em torno das formas de produção, que reivindicam um desenvolvimento sustentável e uma agricultura camponesa moderna (ALPHANDÉRY, 2001).

Ações dos movimentos ambientalistas aliadas à crise da política agrícola contribuíram para o fortalecimento da concepção conservacionista da natureza, implicando na forma de conceber o papel do rural e da agricultura em diferentes sociedades, levando os agricultores da condição de protetores da natureza para produtores de riscos ambientais. Também outros elementos contribuíram para a transformação dos espaços rurais: a instalação de indústrias, a multiplicação das vias de comunicação, a expansão demográfica, a instalação de equipamentos de lazer, etc.

Gradativamente o rural vai se desvinculando do agrícola com a chegada da agroindústria produtivista e de pessoas não caracterizadas camponesas. Na Europa a suburbanização leva para o campo uma população não agrícola, aproximando as fronteiras entre o rural e o urbano.

Assim, a degradação ambiental deixa de ser associada somente ao meio urbano, passando a vincular-se também aos espaços rurais. A tomada de consciência associada às estratégias de conservação da natureza resultou na

proliferação de diferentes tipos de espaços protegidos no meio rural, significando o estabelecimento de uma fronteira entre natureza e sociedade (cultura). “*Como se fosse necessário colocar uma barreira à ação humana no momento em que ela se revela capaz de investir e explorar a totalidade da esfera natural e essa fronteira atravessa o rural*” (JOLLIVET, 1997, p. 364). Para o autor, o debate ambiental coloca o rural no centro da discussão, visto que ocupa um lugar privilegiado na relação sociedade natureza. Desta forma, para Jollivet (1997), uma nova categoria de rural se constrói:

A de um rural formado, permeado, estruturado, dinamizado, mesmo de forma conflituosa, pela referência ambiental e pelo projeto e sentido que esta referência veicula [...]. Seja pela idéia de uma agricultura sustentável, seja por uma nova concepção de arte de morar [...] no espaço de trabalho e no espaço doméstico – uma nova forma de tratar e gerir uma natureza próxima e cotidiana, uma nova maneira de apreciar as amenidades que ela traz (JOLLIVET, 1997, p. 365).

Nesse sentido, o autor concebe o rural como um “laboratório social”, à medida que ele se constrói e reconstrói a partir dos processos históricos vivenciados pela sociedade. Assevera que, mesmo quando as preocupações ambientais não surgem no meio rural, são projetadas sobre ele.

Jollivet (2001) mostra que no caso europeu isso ocorreu a partir três eixos diferentes e convergentes. Em um primeiro momento as transformações ocorreram tendo como foco as preocupações com a higiene pública, posteriormente, na defesa da natureza e finalmente, sobre a agricultura e suas modalidades futuras.

A idéia de higiene pública surgiu, sobretudo, em razão do crescimento das cidades e se expressou na preocupação com a destinação e o tratamento de dejetos, na demanda por espaços para funções turísticas, para habitação e retirada da água para abastecimento da metrópole. Paralelamente, os movimentos em favor da proteção da natureza foram ganhando vigor, promovendo novas dimensões para tais problemas. Suas ações se fizeram sentir pela implantação de reservas naturais, parques e outras categorias de áreas protegidas. No que concerne à agricultura moderna, esta também passou por grandes questionamentos, tanto do ponto de vista da sua opção técnica – altamente demandatória de insumos, com impactos cada vez mais visíveis sobre os ecossistemas – quanto do ponto de vista social, com a expulsão de inúmeros agricultores do campo que não conseguiram se adequar ao novo modelo.

### **Crise ecológica e recomposição dos espaços rurais**

A crise ecológica fez emergir a necessidade de se pensar em uma verdadeira gestão dos recursos naturais renováveis implicando na constituição de

políticas que pudessem orientar tais objetivos. A primeira iniciativa neste sentido, na Europa, se revelou nos Planos de Ocupação do Solo por meio da chamada política de urbanização dos campos que visava melhorar as condições sanitárias no meio rural. A segunda favoreceu as políticas de proteção à natureza, com o aumento do número de áreas protegidas. A terceira referiu-se às mudanças promovidas no âmbito da política agrícola que passou a sugerir a proteção de áreas, em geral desfavorecidas pela modernização agrícola. Jollivet (1997) sublinha o fato de que, na Europa, em geral, as zonas protegidas de hoje são frequentemente, as zonas rurais que outrora foram desfavorecidas pela modernização. Caso semelhante ocorre no Brasil hoje, sobretudo, em áreas ocupadas pela agricultura familiar, assim como em áreas do Pantanal ou da Amazônia, marcadas por defasagens no processo de crescimento econômico implantado no campo na segunda metade do século XX.

Na Europa, as medidas preservacionistas foram, pouco a pouco, sendo assimiladas pelos projetos de desenvolvimento econômico-social. Inicialmente, a idéia de proteção se faz em oposição à de produção, em outro momento a proteção exclui o ser humano, para a qual ele representa um fator de perturbação da ordem natural. Este posicionamento derivou, em parte, de uma concepção de produção que se baseou na maior artificialização possível do meio natural, no domínio completo do ser humano sobre a natureza. Jollivet (2001) afirma que a separação entre natureza e sociedade promoveu efeitos perversos e por isso a idéia de preservação foi cada vez mais sendo substituída pela de conservação, a qual previa maior integração entre os domínios – produção/preservação. O avanço dessa perspectiva aponta uma mudança na própria concepção de natureza, passando de uma natureza excepcional a ser protegida, para uma concepção de natureza ordinária, cotidiana, onde o não risco está integrado ao próprio processo produtivo. Essa concepção objetivou se opor à perspectiva que buscava enclausurar a idéia de proteção da natureza em guetos, através da proteção de fragmentos do territórios rurais. Jollivet (2001) posiciona-se de forma bastante crítica em relação a esta estratégia, pois para ele essas áreas são “*guetos que não tardam em se transformar em fortalezas a serem conquistadas*” (JOLLIVET, 2001, p. 351).

É nesse aspecto que o autor adverte que a noção de proteção precisa ser generalizada para uma perspectiva de natureza ordinária, o que ocorrerá, não a partir de um modelo único de agricultura, mas do aproveitamento das características biofísicas e da valorização da diversidade de cada lugar (JOLLIVET, 2001), ou seja, dos seus aspectos socioambientais.

A necessidade dessa integração colocou à prova a noção de proteção *stricto sensu*. A aparição do termo gestão ecológica é um símbolo da insuficiência dessa noção, assim como a idéia de gestão de recursos naturais renováveis exprime as reticências à agricultura na sua concepção atual. À idéia de proteção foram se impondo, pouco a pouco, as concepções de patrimônio. É interessante observar que isso não implicou em uma mudança profunda dos conteúdos preservacionistas. A mudança ocorre na nomenclatura, fazendo alusão a um

*savoir-faire* das populações locais, ao aproveitamento de suas práticas na gestão do patrimônio, à preservação da memória coletiva, etc.

Hoje se encontram institucionalizados os laços que unem as noções de patrimônio natural e cultural e que se encontram igualmente no uso cada vez maior que é feito do termo paisagem. Segundo Bernadette Lizet *apud* Alphandéry (2001, p. 523), “*é a paisagem constituída pela atividade humana na longa história que permitiu fazer a articulação entre as noções de patrimônio natural e cultural*”. A paisagem aparece assim como um objeto híbrido, relevante de mecanismos naturais e sociais, uma disputa de conflitos e um modo de gestão local da natureza nas coletividades rurais marcadas pelo desaparecimento das sociedades camponesas. A estetização dos lugares à qual procede a paisagem conduz à “*composição simbólica de um espaço tornado funcional no momento em que a agricultura se uniformiza*” (ALPHANDÉRY, 2001, p. 524).

Esses propósitos ilustram a intricação dos temas mobilizados em torno da defesa das paisagens apreendidas como um patrimônio. Alphandéry (2001) se interroga se a patrimonialização da natureza e da paisagem pode ser produtora de laços de pertencimento aos lugares e também vetora da construção de espaços de discussão permitindo, assim, aos habitantes e usuários do espaço rural, pensarem juntos as relações com o território. Para Jollivet (2001), entretanto, isso não passaria de uma perspectiva que ele denomina “*museográfica*”.

Independente do conteúdo das ações ora mais conservacionistas, ora mais preservacionistas, as novas funções atribuídas aos espaços rurais recolocam, cada vez mais e de maneira mais evidente, o problema produção/conservação. O que se expressa nas políticas públicas, nos chamados projetos de desenvolvimento local, no plano internacional através de acordos de cooperação multilaterais ou bilaterais. Apesar do aumento das preocupações e das iniciativas que buscam construir novos cenários para os espaços rurais, nos quais a relação entre o ser humano e a natureza possam se recompor (agroecologia, agricultura orgânica etc.), prevalece ainda uma concepção muito normativa do problema, para usar a expressão dos *experts*: um problema de gestão. Quando se desloca o debate para esta esfera subtrai-se o seu conteúdo político, como se a relação ser humano/ natureza fosse meramente uma questão de boa ou má administração ou ainda, simplesmente, um problema técnico. Assim, propagam-se as noções de gestão dos recursos naturais, gestão da qualidade de vida, etc.

Observa-se que a categoria meio ambiente no meio rural criou um cenário de novos desafios, mas também de possibilidades para se pensar os espaços rurais. Como bem sublinhou o autor: “*A noção de meio ambiente pode fazer surgir uma espécie de ‘ruralismo utópico’ [...] a realização de um rural utópico, ao lado de uma indústria limpa, com suas águas limpas, seus rios e suas paisagens conservadas [...]*” (JOLLIVET, 2001, p.357).

Tal realização só seria possível se pensada e construída a partir das coletividades territoriais, o que implica em novos arranjos institucionais e mesmo

numa nova percepção dos espaços, principalmente dos espaços rurais. Assim, as preocupações ambientais constituem, para o autor, fonte possível de recomposição e revalorização do rural.

Já para Mormont (1997), o meio ambiente é antes de tudo um território:

[...] ele é não somente uma força produtiva, mas também a base das identidades locais e regionais que podem sustentar os projetos de desenvolvimento e as dinâmicas locais [...]. [O meio ambiente] constitui um modelo de referência para pensar a ruralidade contemporânea: as relações entre o rural e urbano, mas também a diversidade de atores, de usos, de saberes, de representações e técnicas a partir de diferentes campos (MORMONT, 1997, p. 34 e 37).

O autor afirma que o encontro do rural com o meio ambiente não é um fenômeno do acaso, é o resultado daquilo que ele denomina de “crise do espaço” – uma ruptura entre as condições ecológicas de reprodução de nossa sociedade e as dinâmicas socioeconômicas de uso dos recursos. Essa crise também permitiu o desenvolvimento de novas perspectivas de análise sobre a agricultura, quando essa temática havia deixado de ser objeto de preocupação das ciências sociais na Europa.

No Brasil, os estudos que enfatizam a relação rural e meio ambiente são ainda emergentes. A diversidade de aspectos que conformam o rural brasileiro faz com que a abordagem do tema se dê por outros enfoques como a importância da agricultura familiar, do problema da concentração fundiária, do modo de vida, dos problemas ligados à produtividade, etc.

No caso europeu os problemas ligados ao meio ambiente rural transcenderam o simples re-ordenamento territorial constituindo-se no ponto de partida para o desenvolvimento de novas identidades locais e regionais, à medida que pôs em evidência a importância de determinadas categorias de trabalhadores rurais na manutenção da qualidade ambiental dos espaços rurais, como afirmou Mormont (1996). No caso brasileiro, trata-se ainda de reivindicar o direito das populações rurais a terra, a melhores condições de vida e mesmo aos recursos naturais, daí as reivindicações envolvendo os “sem-terras”, seringueiros, quebradeiras de coco, agricultores familiares entre outros. Vivencia-se, portanto, um processo no qual se busca afirmar a função social exercida pelas diferentes categorias de agricultores ainda na qualidade de produtores de alimento. Talvez por isso, no Brasil, o meio ambiente não tenha se constituído na principal referência para as ciências sociais pensarem o meio rural. Vale destacar que são os estudos referentes às novas ruralidades que vêm desempenhando este papel, muito embora o meio ambiente seja apreendido como um dos elementos norteadores para a compreensão das novas funções do rural, mas não o elemento estruturante.

Se no Brasil, do ponto vista analítico, a resignificação do rural se dá por diversas frentes, no plano institucional, o meio ambiente tem assumido cada vez mais importância, principalmente quando observadas as formas recentes de ordenamento territorial e o fortalecimento da legislação ambiental.

Atualmente, existem 478 unidades de conservação federais e estaduais de proteção integral, que totalizam 37.019.697ha, e 436 áreas de uso sustentável em 74.592.691ha. Outras categorias de áreas protegidas no Brasil incluem as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), em geral pequenas, mas importantes para a conservação de espécies muito ameaçadas e com distribuição restrita; e as reservas indígenas, cada vez mais reconhecidas como vitais para a conservação da biodiversidade devido a sua grande extensão (BRANDON; RYLANDS, 2005, p. 28).

Contudo, é possível observar o aumento das preocupações com o meio ambiente através do recrudescimento das políticas ambientais. Vê-se, também, que estas coexistem com um modelo de desenvolvimento agrícola produtivista, pautado em uma agricultura moderna intensiva e extensiva. Este, por sua vez, se fortalece na medida em que também encontra aporte na política energética brasileira, haja vista a extensão das áreas de soja e cana-de-açúcar na região Amazônica e no entorno do Pantanal Mato-grossense.

Mesmo quando a política de conservação consegue ser efetiva, como no caso da proteção de 20% das áreas de mata nativa das propriedades rurais (prevista pelo Código Florestal de 1965), nas regiões de agricultura familiar do sul do Brasil ainda se constitui em uma estratégia frágil. Pois ao passo que uma parte dos recursos é “protegida”, todo o restante do território fica à mercê das lógicas produtivistas. Além disso, constata-se que a própria idéia de proteção da natureza tem negligenciado aspectos fundamentais para o desenvolvimento dos espaços rurais e de sua população, tendendo a ver apenas como recurso ou como um espaço protegido, aquilo que no meio rural representa espaço de vida e trabalho das populações. Estas, em muitos casos, sequer participam das decisões que deliberam sobre o destino dos seus territórios.

Embora seja possível reconhecer avanços significativos no processo de criação e implantação de áreas protegidas no país, sobretudo por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com o estabelecimento de reservas extrativistas na Amazônia, percebe-se ainda, de um modo geral, uma política de caráter impositivo e fragmentado. Isto, sem mencionar os casos que apresentam superposições de legislações, a exemplo do que acontece com muitas áreas indígenas também incorporadas às unidades de conservação.

Observa-se, portanto, o caráter difuso, contraditório e, por vezes, marginal com que se inserem as preocupações ambientais no meio rural. Isto é possível ser constatado, por exemplo, quando são analisadas as diretrizes do Programa

Nacional Agricultura Familiar (PRONAF), principal política de fomento à agricultura familiar. Observa-se, neste caso, que embora haja referências explícitas à idéia de proteção ambiental e sustentabilidade, inclusive com linhas de fomento específicas para a promoção de reflorestamento com espécies nativas e de formas de produção agroecológicas, o referido programa se pauta fundamentalmente em um modelo produtivista. O mesmo acontece no caso da política agrícola concernente à produção em grande escala.

Se a timidez das políticas agrícolas encontra dificuldades em promover um ambiente rural que conserve sua qualidade estética, ambiental e alimentar, a constatação desses atributos que conformam a natureza pluridimensional do rural brasileiro, evidencia que esses estão sendo construídos por outras frentes, como no caso do turismo rural.

Ferreira (2002) afirma já ser visível, no Brasil, a utilização do espaço rural como lugar de lazer e como paisagem de valor intrínseco. Isso pode dinamizar o renascimento de localidades não muito distantes dos grandes centros urbanos ou próximas de espaços particularmente dotados de recursos naturais atraentes.

Trata-se de um processo incipiente que enfrenta vários obstáculos, como a ausência de boas estradas e serviços que propiciem estrutura de base às atividades turísticas no meio rural e em pequenas cidades. Mas já se identificam iniciativas de valorização de paisagens culturais específicas – étnicas, de valor histórico regional e de revitalização da cultura popular local – que dinamizam os municípios onde estão sendo desenvolvidas (FERREIRA, 2002).

Em sua análise sobre a presença da questão ambiental no rural brasileiro, a autora também destaca que, embora em menor escala que nos países europeus, o modelo produtivista começa a ser questionado. O movimento da agricultura alternativa apresenta uma grande vitalidade e repousa no crescimento do número de consumidores preocupados com a qualidade dos alimentos. No entanto, aponta o perfil de renda da população urbana como um freio para a generalização da nova expectativa de consumo: as preocupações ante a qualidade não ultrapassam a questão central do próprio acesso à alimentação (FERREIRA, 2002).

### **Considerações finais**

Buscou-se reconstituir a trajetória da evolução das concepções de natureza, de meio ambiente e suas conseqüências na reprodução do rural contemporâneo. Para a análise proposta foi utilizada, como exemplo, a realidade francesa, já consolidada, assim como a emergência vivenciada no campo brasileiro da atualidade.



A partir de uma visão europeia, tem-se que o ambiente rural é bem menos natural do que aparenta e contém fatores de humanização que não podem ser negligenciados, mesmo em prol da preservação da utopia ou do desejo dos urbanos.

As atuais políticas de conservação que se consolidam na Europa, em especial na França, não tratam mais de proteger “a integridade” de alguns espaços naturais notáveis e os interditar de toda a intervenção humana (como acontece no modelo Parque Nacional). Ao contrário, a proteção da natureza se transforma em expediente de gestão, pois a conservação supõe a consideração dos efeitos das atividades humanas sobre os meios naturais.

Essas políticas de gestão da natureza valorizam os atores emergentes dos movimentos ambientalistas e agroambientalistas. Os “porta-vozes” da natureza podem ser cientistas, membros de associações de proteção ambiental, responsáveis por parques naturais, caçadores, usuários do espaço com diferentes designações. Com a multiplicação das formas de conhecimento sobre o meio, os pesquisadores em ciências humanas são hoje confrontados às normas científicas que estruturam as políticas de natureza quando eles se interessam pelas condições de sua operacionalização territorial. Isso torna então necessária a análise dos modos de elaboração e de formalização dos objetivos ecológicos para compreender sua tradução nos dispositivos que incluem os atores, as práticas e a representações da natureza. (ALPHANDÉRY, 2001).

Apesar da relação meio ambiente e rural ser permeada por numerosos conflitos, o espaço rural vem se caracterizando, hoje, como o lugar onde a sociedade coloca simbolicamente e materialmente os problemas de sua relação com a natureza, em termos de ambiente, de riscos ou de patrimonialização, mas também de novas possibilidades.

## Referências

ALPHANDÉRY, P. **Les campagnes françaises de l’agriculture à l’environnement (1945-2000):** politiques publiques, dynamiques sociales et enjeux territoriaux. Thèse (Doctorat) – FNSP, Fondation Nationale des Sciences Politiques, Institut d’Etudes Politiques de Paris. Paris, 2001.

BRANDON, K; RYLANDS, A. B. Unidades de conservação brasileiras, **Revista Megadiversidade**, Belo Horizonte, v.1, n. 1, 2005, p. 27-35.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. DE A.; NINIS, A. B. **O estado das áreas protegidas do Brasil – 2005.** Brasília, 2006. Disponível em: < [http://www.unbcds.pro.br/conteudo\\_arquivo/150607\\_2F62A6.pdf](http://www.unbcds.pro.br/conteudo_arquivo/150607_2F62A6.pdf)>. Acesso em 15/03/2008.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 18, outubro 2002: 28-46. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/angela18.htm>>. Acesso em 12/04/2008.

FOLADORI, G. O desenvolvimento sustentável e a questão dos limites físicos. In: **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Imprensa Oficial/Unicamp, 2001.

GODARD, O. **A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação**. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.) *Gestão de recursos naturais e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 201-266.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social**. Coleção Perspectivas Ecológica. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

IFB – Institut Français de la Biodiversité. Des espaces protégés pour concilier conservation de la biodiversité et développement durable: fondements et recommandations d'une stratégie de coopération pour la gestion des espaces protégés, **Les cahiers de l'IFB**, Paris, Oct/2004. Disponível em: <<http://www.gis-ifb.org>> Acesso em 10/03/2008.

JOLLIVET, M. L'environnement une dimension nouvelle pour le rural. In: JOLLIVET, M. **Pour une science sociale à travers champs: paysannerie, ruralité, capitalisme (France XX<sup>e</sup> Siècle)**, Paris: Arguments, 2001, p. 142-152.

JOLLIVET, M. Les metamorphoses d'un rural incertain. In: JOLLIVET, M. **Vers un rural postindustriel: rural e environnement dans huit pays européens**. Collection Environnement, Paris: L'Harmattan, 1997, p. 351-371

LEFF, E. Espacio, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental, **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Teoria e Metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: n.1, 2000, p. 57-70.

MATHIEU, N. ; JOLLIVET, M. (Dir.) **Du rural a l'environnement: la question de la nature aujourd'hui**. Paris: L'Harmattan, 1989.

MORMONT, M. A la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, M. (Org.). **Vers un rural postindustriel**. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 17-44.

MORMONT, M. De Bruxelles a la ferme: environnement et agriculteurs en Belgique, **Études Rurales**, Paris, n. 141-142 (Cultiver la Nature) 1996, p. 157-169.

SOUZA, C. R. de. **Políticas ambientais, agricultura familiar e a recomposição dos espaços rurais na região metropolitana de Curitiba**. 2006. 260 p. Tese

(Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

TAVOLARO, S. B. F. Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos, **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, Ano III, N. 6/7, 1º. Semestre de 2000.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VARGAS, I. A. de. **Território, identidade, paisagem e governança no Pantanal Mato-grossense**: um caleidoscópio da sustentabilidade complexa. 2006. 260 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

---

### **Agradecimentos**

A Capes pelas bolsas de *doutorado sandwich* concedidas às autoras e ao LADYSS (*Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces*), Universidade Paris X (Nanterre), pelo apoio institucional.

---

### **Informações sobre as autoras:**

[1] Icléia Albuquerque de Vargas – <http://lattes.cnpq.br/8545121561786241>  
Profa. Dra. Geógrafa - Departamento de Educação – Centro de Ciências Humanas e Sociais- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS).  
Contato: [icleiavargas@yahoo.com.br](mailto:icleiavargas@yahoo.com.br)

[2] Cimone Rozendo de Souza – <http://lattes.cnpq.br/8227598190372706>  
Profa. Dra. Socióloga – Complexo de Ensino Superior do Brasil – UNIBRASIL, Curitiba (PR).  
Contato: [cimone.rozendo@gmail.com](mailto:cimone.rozendo@gmail.com)